

## ***AINDA SE FALA DE RAÇA: DEBATENDO OS DESDOBRAMENTOS EM TORNO DO RACISMO MODERNO E ATUAL.***

Cícero João da Costa Filho  
Pós Doutorando pela FFLCH/USP

### **Resumo:**

A cor dos seres humanos encontrados no Brasil pelo colonizador foi de fundamental importância para a interpretação da “nova” terra lusitana. Desde o contato do colonizador com índios, negros e mestiços, percebemos a elaboração de um imaginário de barbárie, selvageria e indolência. Já nos primeiros trabalhos sobre as histórias do Brasil vemos um Brasil atrasado ou bárbaro devido a presença de pessoas da cor do cobre ou do bronze. Sem argumentação científica, a questão racial somente na segunda metade do século, ganha foros de cientificidade no bojo de uma série de transformações que teve na *Origem das Espécies* a maior contribuição para o desenvolvimento das ciências sociais. No Brasil, houve todo um cenário onde a ideia de raça se tornou relevante, fazendo com que inúmeros polígrafos interpretassem o país atinando para a presença de uma população mestiça que punha em risco não apenas a ordem social como o desenvolvimento do país, no campo da economia e da cultura de ordem geral. Nessa perspectiva, a ideia de raça foi fundamental para a compreensão do Brasil monárquico e escravista.

**Palavras-chaves:** Brasil. Raça. Cor.

### **Abstract:**

The color of humans found in Brazil by the colonizer had fundamental importance for the interpretation of “new” Lusitanian land. Since the colonizer’s contact with the indigenous, blacks and mestizos, we realize the elaboration of an imaginary of barbarism, savagery and indolence. In the early work on the histories of Brazil, we see a delayed or barbaric Brazil due to the presence of people of copper or bronze color. With no scientific arguments, racial issues only in the second half of the century gains scientific forums in the midst of a series of transformations in the *Origin of Species* had the greatest contribution to the development of the social sciences. In Brazil, there was a whole scenario where the idea of race became important, causing numerous polygraphs interpret the country noticing the presence of a mixed population, which threatened not only the social order as the development of the country in the field of economy and culture general. In this perspective, the idea of race was fundamental to the understanding of slavery and monarchical Brazil.

**Keywords:** Brazil. Race. Color.

## 1. Introdução

Como bem falou Lilian Schwarz, raça sempre deu o que falar! Não apenas por estar entrelaçada a questões da possível brasilidade, ideologia que nossa elite material e simbólica recorreu nos momentos de indefinição política, mas por ter sido a questão racial instrumentalizada de maneira “grosseira”, ainda que sob as vestes científicas divulgadas nas mais renomadas instituições brasileiras, como faculdades, institutos e museus. Raça no Brasil serviu muito mais para nos remetermos a um quadro político de profunda instabilidade, do que adentrar o cânone precipuamente científico, ainda que indispensavelmente levasse a este.

Mesmo que alguns autores chamem atenção para o quadro científico da época, para uma leitura do que era parte do amplo arsenal científico, a utilização da ciência ou do seu discurso no Brasil foi sucintamente manipulada como estratégica política. Dizer que autores “racistas” como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Graça Aranha, Artur Orlando, José Veríssimo, Capistrano, dentre tantos outros, estivessem comungados com a elite econômica é simplismo. Não podemos afirmar que mesmo num momento histórico em que ecoavam as ideias do cientificismo europeu os mesmos desconhecêssem os graves problemas brasileiros, e o restrito mundo letrado, a ponto de acreditarem nas leis evolutivas e na seleção do mais forte, dando a impressão de que desconheciam outras teorias, como por exemplo, a filosofia de Marx.

Em seu belíssimo trabalho, Ângela Alonso faz uma análise minuciosa da assimilação, recodificação e instrumentalização do vasto arsenal de ideias científicas do repertório europeu, deixando claro não apenas o uso sem sentido das ideias no Brasil (ideia levantada pelo clássico trabalho de Roberto Schwarz), como também mostra a leitura que cada um dos grupos científicos (positivistas, federalistas), elaborava conforme suas necessidades políticas, na contestação da ordem imperial. Em nenhum momento se trata de desautorizar este ou aquele autor, mas sim ressaltar que antes de um belo discurso “científico”, bem urdido, com apelo a renomados autores mundiais da época, o objetivo era uma simples “tática política” de “desinflar” ou abrir brechas num Estado brasileiro feito por homens bem estabelecidos na sociedade hierárquica do império.

Nenhum de nossos intelectuais buscava fundar escolas literárias ou filosóficas, ou trazer uma discussão coerente sobre este ou aquele assunto, o apelo científico se fez mais como problematização de inúmeros problemas nacionais, que aumentava ainda mais quando vinha a tona a questão racial, ou melhor, as discussões políticas, econômicas e sociais do país ficavam cada vez mais embaraçosas quando se remetia ao quadro racial do momento. Não sem razão que em todos os momentos de crise ou de indefinição política, ainda que nessa esteira viesse à questão científica, emergia indispensavelmente a questão racial. Neste momento, falar de política, remetendo a este ou aquele elemento, era falar de raça, numa ligação direta, por isso a dificuldade de analisarmos o país, devido a aos elementos de um discurso nacional, ao mesmo tempo em que um dos elementos desse discurso se mostrou uma constante, que o é a problemática racial.

Neste artigo, vamos expor falas sobre o uso ou a instrumentalização do conceito de raça, discurso que no Brasil, “oficialmente” se instaurou a partir de 1870 com a assimilação do complexo quadro de ideias científicas (darwinismo, positivismo, evolucionismo), nas faculdades de Direito e de Medicina, nos institutos históricos e no museu nacional. A questão racial era indissociável dos discursos políticos que sintonizava o Brasil às grandes nações europeias, daí o mau uso que se fez da ideia de raça, servindo muito mais para amalgamar determinados grupos fluentes no poder, como intelectuais e políticos, do que propor uma leitura coerente do termo raça. Até hoje nos deparamos com os estilhaços das noções de raça, como por exemplo, a ideia de caráter nacional, da influência climática do meio ambiente, sintomas da instrumentalização do discurso racial engendrando os discursos políticos para solucionar os problemas do país.

## 2. Raça no Brasil: caminhos historiográficos

Se buscarmos na historiografia brasileira em que momento a ideia de raça foi tomada como meio de análise da cultura ou da identidade do país, seguramente precisamos nos remeter a segunda metade do século XIX, especificamente nos anos de 1868-9. Isso se deve a grandes transformações porque passava o Brasil, sobretudo devido à decadência das lavouras do Nordeste e o surgimento da economia do café. De modo objetivo, lembremos a fala de Caio Prado quando afirmou que o ano de 1850 marcou toda a história brasileira seguinte. Já Cardim, e esta era a visão dos escritores da Igreja, aludia a seres barbarizados, da cor do cobre e do metal, numa clara apologia à civilização branca e européia, como parâmetro de análise das sociedades. A cor do ouro aparecia como referência para

homens europeus, brancos, civilizados e cristãos. Logo, aqueles que não se enquadrassem nesta perspectiva não passariam de seres embrutecidos, adoradores de vários deuses, poligâmicos, e adeptos do que mais inquietou o homem branco: a prática do canibalismo. Neste estado de coisas, de maneira sutil, a cor serviu como baliza de classificação social, ainda que a separação entre as classes fosse plástica, como lembra Sérgio Buarque de Holanda.

Bem antes do racismo científico, as noções de *civilização* e *barbárie* permearam uma densa produção historiográfica e literária, até chegarmos à geração de escritores racistas, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, dentre outros. Antes, escritores como Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil*, e Martius em sua clássica dissertação premiada pelo IHGB já haviam chamado a atenção para a “concorrência entre as raças”. Mais especificamente, Varnhagen, Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre já aludiam ao judeu, fomentando questões relevantes para a construção da identidade nacional, no Brasil da década de 1920. Freyre em *Casa Grande e Senzala*, já mencionara um quadro de relações pontuando a presença do judeu.

Nessa instituição de saber tomavam conhecimento com a importância da raça e do meio, na época era o que de mais científico poderia existir no campo do saber. Assim, todos os escritores da segunda metade do século XIX, a conhecida *Geração de 70*, a geração de jovens bacharéis estiveram preocupados com a identidade do país quando do surgimento da nascente sociologia, olharam e interpretaram o Brasil, sua cultura e identidade a partir do meio e da raça. (CANDIDO, 1959)

Vale ressaltar que o conceito de raça não possui sustentação científica, embora,

“raça é um grupo de indivíduos que podem ser reconhecidos como biologicamente diferentes de outros. Para que sejam “reconhecidos” em termos científicos, as diferenças entre a população que gostaríamos de designar como raça e as populações vizinhas precisam ser estaticamente significativas de acordo com algum critério definido. O limiar de significação estatística é arbitrário. A probabilidade de uma distância determinada atingi-lo aumenta com o número de indivíduos e genes testados (...) (CAVALLI-SFORZA, 2003:44-45)

Antes de apresentar um breve histórico do *racismo à brasileira*, cabe relevar alguns dados sobre o tema. *Conceito negociado*, (SCHWARCZ, 1994) a discussão em torno da ideia de raça é antes de tudo um debate que esconde relações de poder (GUIMARÃES, 2004), respaldadas pelos argumentos “científicos” datados das três últimas décadas do Império brasileiro, devido à assimilação do pensamento racista europeu que sustentou o “liberalismo as avessas” brasileiro, mas disfarçado sob a veste nacionalista e bem encaixado com as necessidades de um Brasil que passava por uma série de transformações. É consenso por parte da historiografia brasileira o reconhecimento dos movimentos liberais confundindo-se com os ares democráticos apelando para a clássica tríade “liberdade, igualdade

e fraternidade”, em nome de melhores condições de vida, datados inicialmente de 1817, expondo os “limites do liberalismo brasileiro” (DIAS, 2005). O nacionalismo mascarou as divergências de classes e de cor em nome de um ideal maior, regidos e orquestrados por senhores, fazendeiros de terra, comerciantes portugueses, e outros estratos sociais, sem nunca ter prescindido do trabalho escravo (LEITE, 2007). Sem uma estrutura social rígida, somada a complexa movimentação dos vários estratos sociais, a elite construiu a ideologia racial, quando na verdade o conflito era de classes. A democracia aflorada no país era permitida até onde não colocasse em cheque a ordem social escravista. De uma maneira ou de outra, aparecia à temática racial. (LEITE, 2007; DIAS, 2005; MOTTA, 2000)

“Raça” humana é um conceito inconsistente porque não se sabe da existência de uma raça pura, da qual as demais se originaram. Com os avanços trazidos pela moderna Biologia, a partir de áreas como a Genética das Populações e novos campos na área da Antropologia, provou-se que são as relações entre os seres em suas respectivas culturas que acabam determinando a permanência ou não de caracteres morfológicos responsáveis pela variação da espécie. (STRAUSS, 1983)

Nessa ótica, sempre existiu no Brasil – desde a chegada do europeu – um olhar intolerante, denominamos este de “racismo genérico”, pois o “racismo científico” surgiria em 1870 com Gobineau, seria assimilado pela elite brasileira nas três últimas décadas do século XIX. Naquele momento, presenciava-se toda uma preocupação em torno da questão racial. Ganhava corpo o campo disciplinar da Antropologia Física, especialmente na renomada Faculdade de Medicina da Bahia, onde figuraria o médico maranhense Raimundo de Nina Rodrigues.

Em 1876, surge em conexão com o Museu Nacional, o Laboratório de Fisiologia Experimental. Ladislau Neto, primeiro diretor do museu, o qual havia organizado já em 1882 a exposição *Antropologia Brasileira*. Em 1885, surge o Museu Paraense, fundado pelo suíço Emílio Goeldi. Em 1876, era reorganizado no Rio de Janeiro, o que seria a maior referência do país em relação à Antropologia, o Museu Nacional, sob a direção de João Batista de Lacerda.

Referência singular seriam os estudos de Antropologia Física, envolvendo o médico bahiano Nina Rodrigues. Seus trabalhos acerca da mestiçagem e sobre a religião dos africanos mostram bem o quadro do momento, evidenciando o medo da elite intelectual brasileira com relação à degeneração, devido ao cruzamento do branco com a raça inferior, no caso, com as raças negras ou mulatas. Convicto na degeneração do mestiço, Rodrigues atribuía diversas síndromes, como a mielite, a epilepsia, a vesânia, a “impulsividade criminal”, além de práticas como as do alcoolismo, do jogo, etc. O mestiço seria um desequilibrado mental e psicologicamente inferior ao branco, de modo que

“A degenerescência das populações mestiças se constitui, sem dúvida, num fenômeno muito complexo que não podemos reduzir a manifestações mórbidas fatais ou irremissíveis. Proteiforme, ela pode bem tomar formas que vão desde brilhantes manifestações de inteligência, como entre os degenerados superiores, passando por uma média de capacidade social de tipo inferior, mal tocada por tendências degenerativas, que tomarão corpo mais e mais nas gerações futuras, até as manifestações estridentes da degenerescência enfermidade, nas quais os estigmas se impõem pelo franco desequilíbrio mental ou sob a forma impressionante de monstruosidades físicas repugnantes (...) (RODRIGUES, 1899: 19) <sup>1</sup>

Nina Rodrigues sofreu forte influência dos modelos deterministas e evolucionistas de seu tempo, seguindo diretamente os preceitos da Escola Criminalista Italiana fundada por Lombroso. A admiração pelos escritores desta escola está presente nos agradecimentos de sua maior obra. Em *Raças Humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Rodrigues dedica o livro a Lombroso, Garofalo, Ferri, Lacassagne e Corre.

Fundador da Antropologia Criminal, o médico e professor de medicina legal da Faculdade de Medicina da Bahia associava, de maneira determinista, o crime à inferioridade da raça que, quando em contato com a raça superior, se degenerava. Citando os mais importantes escritores que, em grande parte, defendiam esta tese, Nina Rodrigues estudou a população de Serrinha, município da Bahia, que possuía de 10 a 12 mil habitantes, já analisada por Agassiz. Rodrigues, influenciado pela perspectiva italiana, também, associava comportamentos e certos valores morais à raça. Segundo Mariza Correa:

“entre seus muitos textos (contei 65 artigos na sua bibliografia, ainda não completamente estabelecida, e seis livros), quatro são artigos que ele e seus herdeiros intelectuais deixaram em francês – certamente não por acaso, todos dizem respeito à influência da raça na degeneração do povo brasileiro, o mesmo assunto que predomina nos seus dois livros póstumos – ou três, se contarmos que o *Animismo* foi editado apenas em francês durante sua vida (...) (CORREA, 2005-2006: 37)

Conforme suas análises, a raça falaria mais que qualquer outro elemento, chegando a determinar o criminoso antes do crime por conta dos atavismos, como por exemplo, a delinqüência, a indolência, a bruteza, a perversão, a epilepsia, responsável pelo lado imoral a que tinha chegado o ser humano na escala evolutiva.

<sup>1</sup> O exemplar usado para esta tradução, cópia do existente na Faculdade de Medicina da Bahia, trazia uma dedicatória em francês, manuscrita, para Alfredo Britto, na qual só é legível a palavra *amitié*, assinada por Nina Rodrigues, com a data de 10 de janeiro de 1900. Abaixo, a informação sobre a editora: Lyon: A.. Storck & Cie, Imprimeurs Éditeurs. Tradução de Mariza Correa.

Já dizia Joaquim Nabuco, político, ensaísta e importante líder abolicionista:

“Se, multiplicando-se a raça negra sem nenhum dos seus cruzamentos, se multiplicasse a raça branca por outro lado mais rapidamente, como nos Estados Unidos, o problema das raças seria outro, muito diverso - talvez mais sério, e quem sabe se solúvel somente pela expulsão da mais fraca e inferior por incompatíveis uma com a outra; mas não se deu isso no Brasil. As duas raças misturaram-se e confundiram-se; as combinações as mais variadas dos elementos de cada uma tiveram lugar, e a esses juntaram-se os de uma terceira, a dos aborígenes. Das três principais correntes de sangue que se confundiram nas nossas veias, o Português, o Africano e o Indígena, a escravidão viciou sobre tudo os dois primeiros. Temos aqui um primeiro efeito sobre a população: o cruzamento dos caracteres da raça negra com os da branca, tais como se apresentam na escravidão; a mistura da degradação servil de uma com a imperiosidade brutal da outra (...) (NABUCO, 1883: 137-138)

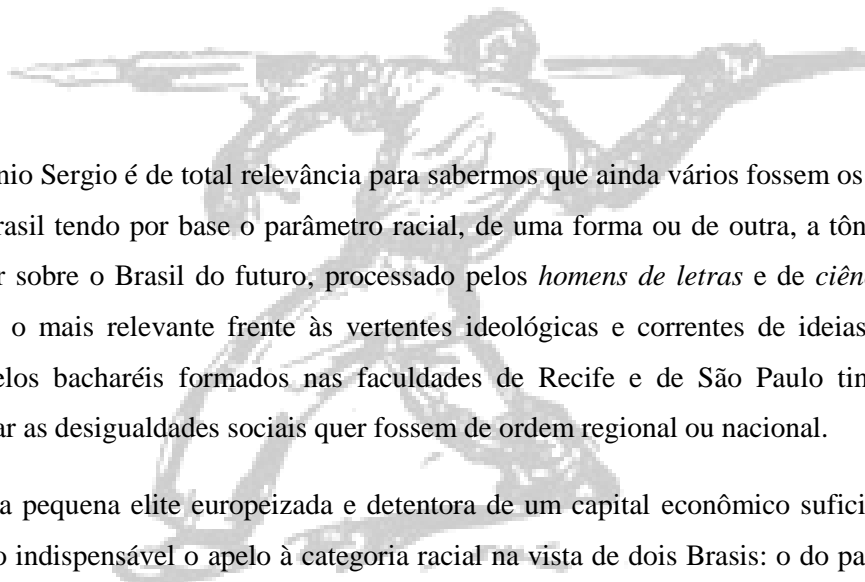
Embora o conceito de raça tenha marcado uma era de avanços técnicos e se tornado o parâmetro de análise para avaliar o grau de avanço ou de atraso de determinadas sociedades, tal terminologia trata apenas de uma “categoria abstrata”, mas que atua sobre categorias reais. É por se tratar de uma categoria abstrata, atuante nas relações humanas, que se faz necessário analisar de maneira breve o “racismo científico” (GUIMARÃES, 2004) no Brasil, iniciado com a geração de Sílvio Romero.

Raça, em nosso país, conforme Lilian Schwarcz (1994), sempre deu o que falar porque assumiu um papel da mais alta importância. Falar de raça requer a compreensão da história brasileira para que entendamos o que deu sentido a esta categoria classificatória e explicativa. Se existia uma teoria que advogava a superioridade de uma raça em detrimento de outras, isto era somente parte de um todo, político, econômico e social. O substrato que dava sentido à raça no Brasil era de ordem totalmente política e econômica. Antônio Sérgio Guimarães é bastante claro quando afirma que,

“O racismo brasileiro, entretanto, não deve ser lido apenas como reação à igualdade legal entre cidadãos formais, que se instalava com o fim da escravidão; foi também o modo como as elites intelectuais, principalmente aquelas localizadas em Salvador e Recife, reagiam às desigualdades regionais crescentes que se avolumavam entre o Norte e o Sul do país, em decorrência da decadência do açúcar e da prosperidade trazida pelo café. Quem não se lembra do temor de Nina Rodrigues ao ver se desenvolver no Sul uma nação branca, enquanto a mestiçagem campeava no Norte?” (GUIMARÃES, 2004: 11)

Conclui o sociólogo,

“O racismo duro da Escola de Medicina da Bahia e da Escola de Direito do Recife, entrincheirado nos estudos de medicina legal, da criminalidade e das deficiências físicas e mentais, evoluiu, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, em direção a doutrinas menos pessimistas que desaguarão em diferentes versões do “embranquecimento”, subsidiando desde as políticas de imigração, que pretendiam a substituição pura e simples da mão-de-obra negra por imigrantes europeus, até as teorias de miscigenação que pregavam a lenta mais contínua fixação pela população brasileira de caracteres mentais, somáticos, psicológicos e culturais da raça branca, tais como podem ser encontrados em escritos de Batista Lacerda (1911) e de Roquette Pinto (1933). Foi também no Sul, centro da vida econômica e política, que as campanhas de sanitização e higienização públicas ganharam vigência, forçando a amenização das teorias eugenistas em versões que privilegiavam as ações de saúde pública e de educação, em detrimento de políticas médicas de controle da reprodução humana e dos casamentos (...) (GUIMARÃES, 2004: 11-12)



A visão de Antônio Sergio é de total relevância para sabermos que ainda vários fossem os ensaístas que interpretaram o Brasil tendo por base o parâmetro racial, de uma forma ou de outra, a tônica racial integrava o novo olhar sobre o Brasil do futuro, processado pelos *homens de letras* e de *ciência*. Mas, como lembra o autor, o mais relevante frente às vertentes ideológicas e correntes de ideias é que o racismo assimilado pelos bacharéis formados nas faculdades de Recife e de São Paulo tinha como objetivo maior legitimar as desigualdades sociais quer fossem de ordem regional ou nacional.

Tratava-se de uma pequena elite europeizada e detentora de um capital econômico suficiente para temer as massas, sendo indispensável o apelo à categoria racial na vista de dois Brasis: o do passado e o do futuro. Sob as vestes do Naturalismo europeu, essa elite de bacharéis e médicos buscou anular as “diferenças” no plano social, político e econômico, remetendo as “diferenças”, que existiam no plano abstrato da raça. Essa era a pedra angular que serviu de termômetro para avaliar a situação do Brasil. Sobre esta elite de mente europeia e civilizada, Ventura afirma que

“os letrados se mostravam divididos entre a valorização dos aspectos originais do povo brasileiro e a meta de se construir uma sociedade branca de molde europeu. Adotavam teorias sobre a inferioridade das raças não brancas e as culturas não-européias, ao mesmo tempo que buscavam as raízes das identidades brasileiras em manifestações compósitas e mestiças. Observado por viajantes estrangeiros, analisado com ceticismo por cientistas europeus e norte-americanos, temido por boa parte das elites locais, o cruzamento de raças era tomado como pista para explicar a possível inviabilidade do Brasil como nação (...) (VENTURA, 2000: 331-332)



É bem verdade que múltiplas foram as leituras realizadas por essa elite europeizada, o que impede afirmarmos que só existira o fator racial como categoria de análise para o Brasil que se queria, mas é fora de dúvida a quase sacralização em torno do conceito de raça nos meios acadêmicos da época.

Buscando eliminar diferenças, o conceito de raça ao mesmo tempo em que servia para excluir índios, negros e mestiços, considerados raças inferiores, serviu também para criar o sentido de homogeneidade, o que conferia a ideia de nação brasileira. Foi a tão sonhada corrida em busca do *caráter nacional* brasileiro que instigou escritores como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e tantos outros homens da época, cada qual com sua singularidade, de forma nuançada em cada um, todavia.

No plano genético, não tinha consistência alguma a ideia de uma raça única, ainda que se saiba numa dada população da existência de traços em comum. Nessa perspectiva, o que sustenta o sentido de raça são os genes. De forma sumária, a identificação pelos genes mostrou-se inviável, dado não ser possível partirem as diversas raças de uma raça única, tanto devido às migrações, desde a chamada “Pré-História”, como em função das prováveis mutações surgidas numa dada população. (LEITE, 2007).

Mesmo que o conceito de raça não ultrapasse a condição de uma vaga ideia, existiram tentativas classificatórias que perduraram até o final do século XIX e mesmo depois, como se observa no racismo do século XIX, com o Nazismo e o *Apartheids*, por exemplo, no século XX. Darwin havia chamado atenção para a questão de que a continuidade geográfica impedia qualquer possibilidade de classificação das raças. É somente na modernidade, como desdobramento do conjunto de transformações ocorridas em decorrência da Revolução Industrial, sob a égide maior do Liberalismo, que veremos o advento das Teorias Raciais, em torno das diferenças entre o gênero humano.

Em 1864, o francês François Bernier utilizava o conceito de raça para diferenciar as classes sociais, (no caso, a nobreza, fosse esta de possível origem franca ou germânica), com relação à plebe. Surgida num momento de expansão industrial, em que se presenciava a ideologia maior do Liberalismo, tanto no plano político como econômico, quando se enfrentava os antigos resquícios feudais, no contexto da Revolução Francesa, a questão racial veio à tona para dividir grupos e assim atribuir o estatuto de superioridade e inferioridade ao gênero humano.

O século XV trouxe não apenas o empreendimento das grandes navegações, concomitante a formação dos Estados nacionais modernos europeus, indissociáveis de exploração das respectivas colônias, como criou o problema das diferenças, punha em dúvida a capacidade dos povos “selvagens”,

que habitavam abaixo da linha dos trópicos. As diferenças humanas foram postas em cheque sempre a partir da visão eurocêntrica.

Neste mesmo contexto, entre 1550 e 1551, presenciaríamos o conhecido debate entre dois padres. De um lado, o Frei Juan Ginés Sepúlveda argumentava que a distância que separava um espanhol de um índio era a mesma que separava um homem de um macaco, numa clara apologia à superioridade do conquistador. Já o dominicano Las Casas substituía o índio pelo negro, mas não derrubava a diferença apontada por Sepúlveda. O conquistador europeu via os povos americanos a partir de seu mundo, impossibilitando qualquer visão das diferenças quando o objetivo central era a busca por novas riquezas donde a idéia de escravidão por natureza era mera consequência da sua visão mercantil. (TODOROV, 1996; MUNANGA, 2003).

### 3. Seres bestiais: “povos selvagem” do Novo Mundo, raças inferiores!

A “descoberta” (TODOROV, 1996; IANNI, 2004) da América só reforçou a idéia, não apenas da existência de povos diferentes, mas de seres humanos bestiais, equivalência direta de inferioridade quando comparados ao homem europeu, como sedimentou a associação de que o fator racial explicava a vida que os povos do Novo Mundo levavam, sem regras ou padrões, fossem estes quais fossem. Ainda não se tinha uma teoria científica para o racismo, embora o fator raça continuasse servindo como critério de avaliação para os diferentes povos em suas respectivas culturas.

A “sede pela classificação” como nos lembra Levi Strauss, seguido pela “busca das categorias” segundo Hodgen, teve significativos avanços científicos e a celebração de nomes importantes, sem os quais jamais teria sido possível, tempos depois, a cristalização das teorias raciais. Tentativas foram realizadas por naturalistas como Buffon e Lineu, buscando localizar e situar a espécie humana na grande cadeia do ser, mas só ficou clara a impossibilidade de uma classificação do gênero humano em torno do conceito de raça. Afirma Cavalli-Sforza que, “propor uma classificação mais aperfeiçoada só pode redundar em fracasso. Basta observar as variações entre grupos étnicos para nos convencer disso”(CAVALLI-SFORZA, 2003: 49).

É no momento de expansão dos mercados europeus que o homem “civilizado”, em seu avançado estágio cultural, buscou legitimar sua superioridade em detrimento de seres bestiais que habitavam um “paraíso terreal”. Na verdade, tratava-se de uma visão que se arrastava desde a Idade Média e que remontava aos tempos bíblicos, mas que ainda não era formulada como teoria científica. Por isto, “pode-se assim dizer que bestiários e mapas-mundi respondiam à exigência taxionômica de produzir

uma série progressiva de “seres” intermédios entre o humano-cristão e a alteridade absoluta” (MAZZOLENI, 1992: 25)

Neste cenário, nos lembra Munanga,

“Eles recolocam em debate a questão de saber que eram esses outros, recém descobertos. Assim fazem mão do conceito de raça já existente nas ciências naturais para nomear esses outros que se integram à antiga humanidade como raças diferentes, abrindo o caminho ao nascimento de uma nova disciplina chamada História Natural da Humanidade, transformada mais tarde em Biologia e Antropologia Física (...) (MUNANGA, 2003: 2)

Até o século XVII, as diferenças humanas eram respaldadas pela autoridade da teologia e das escrituras. A Península Ibérica se mostrou um cenário por excelência durante os séculos XVI e XVII, quando da expansão ultramarina, no momento em que o conquistador europeu construiu a visão de inferioridade por parte dos seres não brancos, considerados povos bestiais, que viviam em estágio de inocência, numa civilização que ainda dormia, no bojo maior da avaliação das “diferenças”.

O Século das Luzes, momento áureo da filosofia racionalista que vinha se processando desde Bacon, Kepler e Descartes, careceu de uma teoria das diferenças. Junto à necessidade e a realização de uma nova maneira de conceber o processo histórico, não mais concebido a partir de toda a tradição cristã de uma história cíclica e teleológica (LE GOFF, 1990; BODEI, 2001) com um fim já anunciado, impactou o homem europeu curioso sobre a vida dos selvagens habitados abaixo da linha dos trópicos, daí que “as classificações produzidas com base nessa realidade tinham como critérios essenciais o fenótipo, a suposta ausência de linguagem (ou de inteligência), o comportamento selvagem e a ausência de religião.” (SEYFERTH, 2002: 20)

Uma vez que a quantidade de raças era muito grande, fazia-se necessário uma ordem classificatória! Nesse âmbito, era questão de tempo ver as implicações classificatórias, antes restritas ao campo da ciência natural, servirem de argumentação na legitimação das mais díspares questões políticas, como por exemplo, conferir legitimidade a determinados grupos políticos em seus respectivos estados, fenômeno característico do nacionalismo a-nacional europeu, a partir de 1870. Das grandes sínteses classificatórias, tentadas pelos grandes naturalistas, aos estudos de Antropologia Física de Broca medindo crânios, fronte, e extremidade das mãos, seria só uma questão de tempo. A instrumentalização do conceito de raça se dava

logicamente, porque era seguida de sua operacionalização, mas para isso cabia à ciência alimentar sua própria conceituação ou até mesmo investir na certeza de que a raça explicava a “capacidade” do ser humano.

No século XX, sob as bases da Genética Humana, chegou-se à conclusão de que o conceito de raça nem explicava possíveis diferenças e nem fundava a idéia de caráter, ideologia compartilhada por grande parte dos ensaístas brasileiros da segunda metade do século XIX. Pelo contrário, as diferenças entre seres da mesma “raça” poderiam ser ainda maiores do que o que se pensa entre seres do mesmo grupo de pessoas. Apesar dos avanços científicos, o prejuízo maior não foi por conta da classificação, de onde o conceito de raça tem estreita relação, mas a associação que, até hoje, se faz entre raça e cultura. Nesse sentido, Munanga reflete nossa perspectiva, quando afirma que,

“Se os naturalistas dos séculos XVIII-XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, eles não teriam certamente causado nenhum problema à humanidade. Suas classificações teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre aconteceu na história do conhecimento científico. Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (...) (MUNANGA, 2003: 5)

Para Roberto DaMatta, “esse uso diferenciador das diferenças, quando elas são conscientemente elaboradas objetivando um rendimento político é que acaba produzindo uma “teoria da diferença” que, no caso do mundo ocidental, ficou muitas vezes revestida de uma capa de respeitabilidade científica.” (DAMATTA; 1987: 88).

Hoje sabemos que as teorias raciais foram instrumentalizadas e nasceram no bojo de um projeto totalitário que, inicialmente, tinha como meta explicar as “diferenças” e ganhou força, após a Revolução Francesa. Ao longo do processo, o que era diferente tornou-se inferior, por meio dos foros “científicos”,

o que já caracterizava o racismo de fato. Ao longo do amplo e tortuoso caminho ideológico do racismo e, por sua vez, do preconceito racial, criou-se o mito da democracia racial, mascarando a realidade enquanto tal e apagando da memória o etnocídio das comunidades negras e as atrocidades cometidas desde a chegada do colonizador às populações indígenas. Racismo este, que continuou vivo, após a abolição, e que não ofereceu as mínimas condições ao ex-escravo de se tornar cidadão. As teorias raciais, tanto no Brasil como na Europa, guardam uma íntima relação com o poder.

A visão das “diferenças” sempre partiu do homem branco de cultura européia, criador do racismo, pronto para servir de instrumento na exploração desse ou daquele povo, em busca de riquezas naturais ou minerais, dizimando vítimas consideradas inferiores, tanto no plano biológico como no plano da cultura. Se os avanços do capitalismo mostraram ao mundo ser possível ligar partes jamais pensadas, trouxe seus paradoxos, dentro os quais figura, como principal, a desigualdade pelo *benelácito da ciência* (SEYFERT, 2002), entre as camadas sociais.

Mas este expansionismo desenfreado, puxado pela produção em grande escala e esteada sob a vertente maior do Liberalismo, trouxe seus protestos como o Socialismo, o Anarquismo e o Comunismo. Num momento em que expandir era a palavra de ordem, transcendendo toda e qualquer possível ação filantrópica, a sede de acumular riquezas por parte das metrópoles, com relação a suas colônias, se mostrou cada vez maior. Não é de assustar que o conceito chave da biologia, no caso, o de *luta pela vida*, tenha animado as ciências sociais e marcado o início da Sociologia no Brasil, legitimando, infelizmente, as mais hediondas práticas políticas e científicas.

Se, como escreve José Paulo Paes, “o pensamento dos séculos XVII e XVIII teve na mecânica, como se sabe, o seu modelo epistemológico por excelência, já o século XIX, sem abrir mão inteiramente da causalidade mecanicista, voltou-se de preferência para outro modelo de explicação do mundo: o biológico”, (PAES, 1991: 161). Assim, as bases teóricas que fundamentaram o Evolucionismo Darwiniano - a Anatomia, a Embriologia, a Zoologia, a Botânica - agora fundamentavam outras disciplinas, de modo específico, a nascente Sociologia, gestada em torno da ordem e do progresso, e porque não afirmar, como pensa Antônio Cândido, sob a égide do Evolucionismo (CÂNDIDO, 1959: 272).

A Modernidade implicou uma nova maneira de conceber as transformações dos mais variados ramos do conhecimento, da Lingüística ao campo historiográfico, decorrente dessas transformações que davam a esperança de que o conhecimento científico pudesse explicar os diversos campos do saber. Afirma Ianni que

“uma vez que, “expressões de ordem e progresso sintetizam uma perspectiva de interpretação da sociedade urbano-industrial, de classes, em sua formação e transformação. A idéia de progresso identifica-se com a da sociedade urbano-industrial, burguesa, capitalista. Sociedade essa vista como uma forma superior, aperfeiçoada, da história social. Aí, o estado deve ser forte, dirigente, para que as diversidades e desigualdades entre grupos, classes, regiões, nacionalidades, etc, não afetem a harmonia e o funcionamento do todo. O progresso econômico, industrial, capitalista, depende da ordem, harmonia, entre uns e outros. A ordem social é uma exigência dos interesses representados ou simbolizados no governo, regime, estado. Segundo essa orientação, nada melhor do que o estado forte para por a sociedade em ordem, conforme a religião da paz social. (...) (IANNI, 2004: 16)

Se antes todos estes efeitos causados pelas grandes transformações, sob todos os ângulos e nos mais variados aspectos, refletiam o que foi conhecido como o “século da biologia”, daqui em diante não era descabido falar em progresso, para explicar as transformações sociais. Agora, a tônica era tentar explicar todo o processo social, tendo por base um princípio, que no caso, era tributário do campo das ciências naturais. Bem lembra Francisco Iglesias

“que o reflexo da obra de Darwin não se resumiria à sua ciência, pois marcou ainda outras. Assiste-se, nas últimas décadas do século, ao processo de **biologização** da ciência social, aceitando-se as similitudes da sociedade com outros organismos. O organicismo teve voga e exprimiu-se em vários autores, marcando uma das orientações da época. Acontece, no entanto, que a extrapolação da idéia de luta e evolução para esse plano social não foi feita por Darwin, mas por outros, que não se contiveram nos limites da prudência (...) (IGLESIAS, 1981: 97-98)

Afrânio Coutinho tem posicionamento semelhante quando afirma

“que a idéia de evolução espalhou-se largamente como a maior e a mais sedutora das crenças românticas. É o novo ideal científico, a noção revolucionária do século, cuja presença é constante na sua vida intelectual e nas crenças dos homens. A sociedade foi encarada, sob o influxo da biologia, como um organismo composto de células em funcionamento harmônico e obedecendo às leis biológicas de crescimento e morte. Ao interesse pela história do passado, pela tradição, característico do romantismo, acrescentaram-se a atitude biológica e o método evolucionista, a idéia de mudança e desenvolvimento contínuo, de evolução e progresso (COUTINHO, 1995: 183).

É no campo das ciências naturais que vamos encontrar a definição do termo raça, o que por si só não elucida o sentido da instrumentalização do conceito num determinado momento da história, legitimando os mais trágicos e as mais autoritárias práticas políticas. Não sendo nossa preocupação traçar ou esboçar uma história das teorias raciais, nos cabe chamar a atenção para o momento em que, sob a bandeira do expansionismo europeu, e mais tarde, do imperialismo, o conceito de raça seguido de

sua instrumentalização se mostrou fora de dúvidas. É à época dos nacionalismos em que se presencia, de modo desenfreado, a expansão dos mercados, que o elemento étnico e as argumentações em torno da raça ganham sua maior força, como um dos elementos arregimentados pelo Estado, para prover sua nacionalidade.

De maneira contraditória, é na “era dos nacionalismos” que o racismo surge de maneira explícita. Mesmo que o racismo se oponha ao nacionalismo, seja este qual for como sustenta Hobsbawm (1990), e sabemos que outros elementos foram manipulados para dar unidade aos povos, como a língua, uma tradição comum, um mesmo território compartilhado, foi no cenário europeu de expansão colonial que o traço étnico se descortinou.

Desse modo, a preocupação com a raça é parte integrante das transformações ocorridas na Europa, após 1830, e fez despertar o sentimento nacional, em países que lutavam por sua unificação. A questão nacional despertou, em quase todos os países europeus, um sentimento nacional em que a raça se tornou requisito indispensável. Com vários países lutando para se tornarem estados nacionais na Europa, Hobsbawm pontua que “o nacionalismo étnico recebeu reforços enormes; em termos práticos através da crescente e maciça migração geográfica; na teoria, pela transformação da “raça” em conceito central das ciências sociais do século XIX” (HOBSBAWM, 1990:131).

Embora o Nacionalismo não seja o responsável pelo racismo “científico”, foi com a expansão dos territórios que se presenciou a instrumentalização do conceito de raça, na medida em que o elemento língua não podia ser herdado, e por isto, não poderia servir de símbolo nacional. Assim, foi com o conceito de raça que se construiu a “identidade nacional”, uma vez que pairava a ideia de pureza racial. Poderíamos arrolar diversos escritores para provar a manipulação do conceito de raça nos liames da História, que ficou cada vez mais evidente no momento de expansão dos mercados europeus, quando do período expansionista. Segundo Antônio Olímpio de Sant’ana,

“O século XIX foi o da consolidação das doutrinas racistas. Em 1815, as nações colonialistas – Inglaterra, França e Alemanha – reuniram-se em Viena para repartir o mundo conhecido da época. Neste encontro nada se falou sobre o tráfico de escravos. O representante do Papa, presente ao encontro, calou-se para não prejudicar os países majoritariamente católicos e praticantes da escravidão negra (...) SANT’ANA, 2005: 47)

A manipulação do conceito de raça gravitando em torno da busca por novos territórios era evidente, uma vez que,

“interessava às grandes potências imperialistas européias o endosso da ciência a uma doutrina racista, pois dessa forma teriam uma justificativa para a anexação de outros territórios, a submissão e a exploração das suas populações, apontadas como inferiores. Neste sentido, algumas nações, como a Inglaterra, a França e a Alemanha, reestruturaram seu universo simbólico, acionando signos, idéias e valores que sugeriam a união, a força e a capacidade de vencer do povo e do regime (...) (CARNEIRO, 1994: 20).

Mas o século XIX sacramentou o racismo pelos foros científicos em decorrência dos avanços técnicos e científicos que argumentavam a diferença entre as raças. Vale lembrar que 1859 foi o ano de publicação da cartilha do Evolucionismo, no caso, *A Origem das Espécies*. Hannah Arendt (2004) em *Origens do Totalitarismo* mostra não apenas a instrumentalização em torno do conceito de raça, sendo antes de qualquer teoria científica uma das maiores ideologias políticas, em que este caráter científico é secundário, como também nos lembra como se formou todo o “pensamento racial antes do racismo”.

O que há de mais relevante, segundo a autora, é que a idéia de raça é apenas uma ideologia a serviço das práticas imperialistas e como tal, só existiu na medida em que justificou as necessidades expansionistas que confundiam interesses de uma minoria com as necessidades dos estados nacionais, que se confundia com os interesses de uma pequena nobreza. E partiram dos nobres as argumentações repousadas sobre a noção de raça, na busca por novos mercados que, de maneira ambígua, não unificou nenhum dos povos, apenas permitiu práticas imperialistas, levando autoritarismo e morte aos vários lugares do mundo. A tão buscada consciência nacional não facultou a união entre os povos, trouxe simplesmente a revolta contra a espoliação e escravidão por parte dos povos subjugados.

Toda esta prática imperialista manipulada por uma minoria em detrimento de todos os estratos sociais das supostas nações emergentes, mesmo pensadas como *comunidade imaginada*, serviu de arma política, revelando-se uma ideologia, uma vez afeita à vontade e a gana do poder. Como toda ideologia que se preze, argumenta a autora que “a extraordinária força de persuasão, decorrente das principais ideologias do nosso tempo, não é acidental”. (ARENDDT, 2004:189)

Instrumentalizada por homens gananciosos de poder, a ideologia racista, juntamente com a lei que dizia que a História regia-se pela luta de classes e pela lei que confere ao mais apto a sobrevivência do mais apto, mostrou sua força em todo o mundo ocidental. Foi no momento de definição dos estados nacionais que a ideologia racista emergiu com toda a força. O racismo ou o racista, de maneira ambígua, embora fossem instrumento para a constituição das nações, foi um fenômeno a-nacional, tratando-se, pois dos “piores patriotas que os representantes de todas as ideologias internacionais; foram os únicos que negaram o princípio sobre o qual se constroem



as organizações nacionais de povo – o princípio de todos os povos, garantido pela ideia de humanidade”. (ARENDDT, 2004: 191).

O interesse pela diversidade dos povos, acompanhado pela visão bucólica de países europeus como França, Inglaterra, Alemanha, com relação ao desconhecido Novo Mundo, trouxe em seu bojo o princípio da própria destruição das diferenças culturais. Ao mesmo tempo em que a França alargava a possibilidade da existência de povos nos lugares jamais imaginados, acompanhada pelo interesse de novas culturas, trazia consigo o princípio diferenciador, mas também excludente, que era a diferença a partir da raça. Foi da França, que ofereceu ao mundo o típico modelo de revolução democrática, com suas bandeiras tricolores, como pontua Hobsbawm (1990), primando pela soberania popular, alertando o mundo para os princípios de igualdade entre os povos e lutando pela instalação de formas de representação política que deixasse falar a voz do povo, foi assim que surgiu o racismo. Se por um lado o ideário democrático emergiu na França com todo vigor, por outro, não passava de aparência o contexto social e político francês, pois o contexto que colocou nobres contra a burguesia mostrou que aqueles se utilizaram apenas de um distintivo, com relação à grande parte da população, no caso, o distintivo racial.

Não é estranho, nem por puro acidente, que o maior divulgador e concebido como o pai da doutrina racial (racismo considerado científico), seja apenas mais um dos nobres franceses, já que foi na França que se verificou uma conjuntura política propícia a aclamação de nobres, herdeiros de uma raça “superior”, que se opunham a ascensão de uma incipiente burguesia, uma vez que punha em risco a política daquela classe.

Instituidor do racismo, Gobineau deu *status* científico ao racismo. Como conde, o autor do *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, “já começou a vida desprezando duas coisas: a revolução e a burguesia” (HERMAN, 1999: 55). Ao contrário do que se pensa, não foi na Alemanha que a ideologia surgiu, mas em um país onde a nobreza, a cada dia, perdia prestígio político para a burguesia em ascensão.

Teoria de nobres, (Boulainvilliers, Charles François Dominique, Montloisier, Sieyès), como nos mostra Arendt (2004), é curiosa, paradigmática e, ao mesmo tempo, reveladora a instrumentalização que o conceito de raça veio a assumir. Ameaçada pela burguesia em ascensão, responsável pela empreitada imperialista, o conceito de raça justificava a supremacia de povos superiores em detrimento dos povos atrasados. Da conjuntura interna francesa, a nobreza buscou sua descendência não com o povo francês, mas com os francos, de origem germânica, diferente da plebe,

“em que se consideravam de sangue puro, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses, que segundo pensavam, podiam até ser escravizados. Percebe-se como o conceito de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvessem diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes. (...) (MUNANGA, 2003:1)

Contrário ao “racismo” francês, o racismo alemão a serviço da nobreza equacionou-se com as necessidades da monarquia absoluta que, com exceção das reformas prussianas, não se recebeu a uma coligação entre as classes médias e com a monarquia. Desse modo, diferente da situação ocorrida na França, na Alemanha à ideologia da raça surge fora da nobreza, provocando um nacionalismo estritamente baseado na língua e na raça. Conforme autores como Arendt (2004), Hobsbawm (1990) e, Gelner, dentre outros, os nacionalismos não são responsáveis pelas teorias raciais. Pelo contrário, manipulam a ideia de raça, visando tão somente o expansionismo, uma vez que outros podem ser os elementos fundantes desse ou daquele nacionalismo, no caso, uma herança comum, um idioma, um evento histórico, etc.

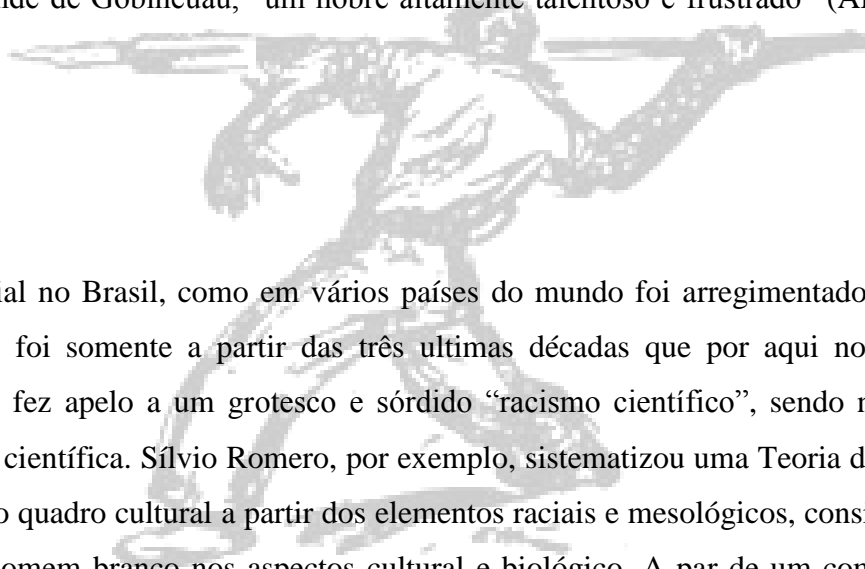
Fundamento básico na constituição das nações, a ideologia racial foi operacionalizada conforme se processou a formação nacional, no que se estabeleceu o racismo propriamente dito. A Alemanha buscava sua formação como nação, por meio da definição orgânica e naturalista dos povos, tendo como ponto de partida seu *Historicismo*, o que não constituía nenhuma teoria racista, mas um traço diferenciador que serviria para escamotear as necessidades nacionais, no caso, a busca ou a necessidade de expandir seus mercados.

O Romantismo político (LOWY e SAYRE, 1993) que tornou possível “inventar qualquer outra opinião irresponsável, desde que se queira” (ARENDRT: 2004:197) seria outra fonte do racismo alemão. Na mente de escritores românticos como Mueller, Schlegel, Novalis, o povo pode ser confundido e facilmente transformado em necessidades do Estado, da família ou mesmo da nobreza. Assim, os mais importantes nomes da ideologia racial tornaram-se importantes por nos permitirem por às claras a manipulação política em torno da questão racial. Célebres escritores europeus fossem poetas ou filósofos só nos fazem lembrar que,

“não existe ideologia a que não se submetam de bom grado, quando está em jogo a única realidade que nem mesmo um romântico poderia dar-se ao luxo de ignorar: a realidade das posições pessoais. Para este tipo de conduta, o romantismo serviu de excelente pretexto em sua ilimitada idolatria da “personalidade” do indivíduo, cuja própria arbitrariedade era prova de gênio. Qualquer coisa que servisse à assim chamada produtividade do indivíduo, ou seja, ao jogo totalmente arbitrário de suas “idéias”,

podia tornar-se o centro de todo um modo de encarar a vida e o mundo (...)” (ARENDR, 2004: 198).

Os intelectuais alemães de classe média, embora nunca tenham travado luta no campo político com a nobreza nem com outros setores da classe a que pertenciam enfrentaram uma batalha em benefício de sua classe social. Mesmo que a ideologia surgida na Alemanha seja diferente da ideologia francesa, estes intelectuais, mesmo quando aplaudiam a nobreza, sentiam-se ameaçados perante sua classe social de origem. Surgia, assim, na Alemanha de então, os fundamentos do racismo como a *personalidade inata* e a idéia de *desenvolvimento orgânico*. Em sequência, escritores liberais vangloriavam-se de seu estatuto de nobreza, em contraposição aos inferiores títulos de barão e quejandos. Por conseguinte, Arendt ressalta que as raízes para o pensamento racista não devem ser procuradas na relação entre os *Junker* e os padrões da nobreza, mas no Conde de Gobineau, “um nobre altamente talentoso e frustrado” (ARENDR, 2004: 201).



#### 4. Conclusão:

O discurso racial no Brasil, como em vários países do mundo foi arregimentado durante toda a história, mas foi somente a partir das três últimas décadas que por aqui nossa elite intelectual e política fez apelo a um grotesco e sórdido “racismo científico”, sendo na época considerado verdade científica. Sílvio Romero, por exemplo, sistematizou uma Teoria das raças, levantando um amplo quadro cultural a partir dos elementos raciais e mesológicos, considerando a superioridade do homem branco nos aspectos cultural e biológico. A par de um complexo e vasto repertório de leitura, o evolucionismo, o determinismo (racial e mesológico), e a seleção do mais apto predominaram no discurso da elite nacional, comportando a ideia de raça como substrato para um país sem nação, coberto de problemas, e que estes estavam ligados à qualidade de uma raça mestiça, acima de tudo, degenerada. Os problemas nacionais imbricavam com os caminhos de formação da nação, esta de uma forma ou de outra, urgia a necessidade de um povo, e como tal, de suas raças constituintes. Assim, raça foi a questão que moldou o discurso de nossas elites, configurando pensamentos de ensaístas e políticos, pontuando problemas nacionais, assim como apontando diversos caminhos para a superação destes, mas todos passavam pela questão de um Brasil que não progredia, à imagem das grandes nações devido a raças inferiores, como por exemplo, negros e índios, e uma enorme mestiçagem existente.

## 6. Bibliografia

- ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* São Paulo/Bauru: Edusc, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *A Sociologia no Brasil*. Tempo Social, 271/301, V.18, nº. 1, 1959.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na História do Brasil: mito e realidade*. São Paulo: Ática, 1994
- CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, povos e línguas*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1988.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 16ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987
- Dias, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização de metrópole*. São Paulo: Alameda, 2005.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2004, v 47, nº 1.
- HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- IGLESIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1990.
- RODRIGUES, Nina. *Mestiçagem, degenerescência e crime*. Archives d'Anthropologie Criminelle de 1899. Lyon: A.. Storck & Cie, Imprimeurs Éditeurs. Tradução de Mariza Correa.
- SEYFERT, Giralda. *O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo*. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2002. (Vários autores)
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.
- IANNI, Octávio. *Dialética das relações raciais*. Estudos Avançados 18 (50), 2004.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- LOWY, Michel e SAYRE, Robert. *Romantismo e Política*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.
- MAZZOLENI, Gilberto. *O planeta cultural: para uma antropologia histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta - A Experiência Brasileira*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. London Abraham Kingdon, 1883

PAES, José Paulo. Canaã. *O horizonte racial*. Estudos Avançados 5 (3), 1991.

PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 21ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SANT'ANA, Antônio Olímpio. *História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. Superando o racismo na escola*. 2ª. Ed. Revisada. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SCWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo da miscigenação*. Estudos Avançados, São Paulo, vol.8, janeiro/abril, nº. 20, 1994.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VENTURA, Roberto. *Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia a república*. São Paulo: SENAC, 2000. pp. 331-332.

